

Brasil tem energia limpa; falta desenvolvimento



» ERIC FERNANDO BOECK DAZA
Especialista em energia limpa,
transição energética e mudanças
climáticas

A matriz elétrica brasileira fechou 2024 com 88,2% de fontes renováveis, uma das mais limpas do mundo. Grande parte desse avanço tem endereço certo: o Nordeste, que lidera com ampla margem a geração eólica no país e responde pela fatia mais expressiva da expansão renovável da última década. Mas a rede que deveria escoar essa energia não acompanhou esse ritmo. A capacidade de exportação da região ainda está abaixo do necessário para absorver todo o volume projetado de geração, o que limita o aproveitamento pleno dessa vantagem competitiva.

Sem a expansão adequada das linhas de transmissão, o Brasil desperdiça parte do que produz. Estimativas indicam perdas bilionárias com curtailment, situação em que turbinas são desligadas mesmo com vento e painéis deixam de gerar mesmo com sol. O país já demonstrou capacidade de produzir energia limpa em escala. O problema agora não é apenas gerar mais, mas garantir que essa produção seja plenamente utilizada e, sobretudo, transformada em desenvolvimento econômico nas regiões onde ela nasce.

Esse é o ponto central. A energia é produzida em municípios do semiárido e do Cerrado nordestino,

transmitida por longas distâncias e consumida em centros mais industrializados. Enquanto isso, a renda, os empregos qualificados e a atividade de maior valor agregado permanecem concentrados em outras regiões. Ao longo de duas décadas, o Brasil tratou a expansão renovável como política de oferta de energia. Não como estratégia de desenvolvimento territorial.

Estados como Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte se destacam na geração eólica, mas seguem com renda domiciliar per capita abaixo da média nacional. Estudos apontam aumento do PIB e dos empregos formais na fase de construção dos parques, mas esse efeito perde força quando as obras terminam. Ou seja, há impulso econômico temporário, mas não necessariamente uma transformação estrutural capaz de sustentar renda, qualificação e dinamismo produtivo no longo prazo.

O problema, portanto, não está na fonte de energia, mas no modelo de implantação. Grandes complexos renováveis geram eletricidade exportável, mas não criam, por si só, cadeias produtivas locais robustas. O país mede com precisão cada megawatt instalado, mas ainda mede pouco quanto dessa energia se converte em renda permanente, inovação, industrialização e capacidade econômica duradoura nos territórios onde é gerada.

É nesse contexto que ganha força uma pergunta incômoda: em vez de transportar energia por milhares de quilômetros, por que não levar a indústria para perto das fontes? Esse conceito, conhecido como powershoring, propõe instalar atividades produtivas em regiões com abundância de energia limpa, barata e disponível. Não se trata apenas de hidrogênio verde ou data centers. A discussão envolve

também fertilizantes, amônia verde, processamento mineral, siderurgia de baixo carbono e outras cadeias intensivas em energia.

A demanda existe. Há pedidos de conexão para grandes cargas nas próximas décadas, o que mostra potencial real para novos investimentos produtivos. O que ainda não existe, na mesma escala, é uma política capaz de conectar essa demanda à transformação econômica dos territórios que cedem vento e sol. Hoje, geração, transmissão e atração industrial seguem trajetórias paralelas, com pouca coordenação entre si.

Instrumentos regulatórios já existentes poderiam ser usados de forma mais estratégica. O sinal locacional nas tarifas de transmissão pode ajudar a orientar investimentos para áreas com excedente renovável. O marco do hidrogênio de baixa emissão também abre espaço para agregar valor à produção nacional. Ainda assim, esses mecanismos não vêm sendo articulados como parte de uma política territorial consistente.

Alacuna, portanto, não é de informação. É de decisão política. Falta vincular novos projetos de geração a compromissos concretos de desenvolvimento local. Essa preocupação ainda aparece pouco nos leilões, no licenciamento e na regulação do setor. O Brasil já resolveu uma parte decisiva do desafio global ao construir uma matriz elétrica limpa e competitiva. Agora precisa decidir se continuará exportando energia entre regiões ou se usará essa vantagem para criar prosperidade mais perto de onde ela é produzida. Sem essa virada, o país corre o risco de repetir um padrão histórico: gerar riqueza natural em uma região e capturar seus benefícios em outra.

Saúde mental: do estigma à explosão de diagnósticos



» FERNANDA ALMEIDA
Coordenadora do Programa
Saúde Mental e Territórios
Periféricos da Fundação
Tide Setubal. Psicóloga
e assistente social com
experiência no SUS

Se você é uma pessoa com um pouco mais de 40 anos, sabe que nem sempre foi fácil falar sobre saúde mental ou sobre diagnósticos psiquiátricos e que sofrimento psíquico já foi motivo de vergonha e constrangimento. Ocorre que, mais recentemente, a saúde mental entrou na pauta cotidiana. Se você não tem um diagnóstico, certamente conhece alguém que tem. Mas por que isso está acontecendo?

Segundo dados do Ministério da Previdência, em 2024 foram registrados mais de 470 mil afastamentos do trabalho motivados por transtornos mentais, um aumento de 68% em relação ao ano anterior. Ansiedade e depressão aparecem entre as principais causas. O Brasil é hoje considerado o quarto país mais estressado do mundo.

Ao mesmo tempo, pesquisas recentes têm revelado o agravamento do sofrimento psíquico entre adolescentes e jovens brasileiros. O que já se sabe também por pesquisas acadêmicas e pela própria experiência relatada pela população é que o Brasil atravessa uma profunda crise no campo da saúde mental. E essa não parece ser uma realidade localizada. O que os dados revelam é que as formas de sofrimento humano estão em profundas transformações e intimamente articuladas às mudanças nas relações de trabalho, às crises econômicas e sociais e às crises ambientais e climáticas, revelando uma epidemia de saúde mental. A instabilidade dos projetos de futuro reacendeu e deslocou o desamparo, estilizando os laços sociais que tornam possível imaginar horizontes de existência.

Antes de perguntar qual é o diagnóstico ou o remédio, talvez a sociedade devesse se questionar sobre o que a tem feito sofrer e adoecer, e sobre quais são as formas possíveis de enfrentar, transformar e superar essas condições.

A primeira dimensão desse enorme desafio é facilmente comprovada pelos dados existentes e está na origem das discussões sobre os fundamentos da Reforma Psiquiátrica no Brasil: o sofrimento psíquico tem determinação social e econômica. A saúde mental nos territórios periféricos está diretamente ligada a fatores estruturais que produzem sofrimento e adoecimento. Desigualdade social e pobreza, racismo estrutural, violência urbana e institucional, desemprego e informalidade, insegurança alimentar, moradia e saneamento precários compõem as condições de vida de uma parte significativa da sociedade brasileira, sobretudo daqueles que, segundo os dados, estão entre os mais afetados.

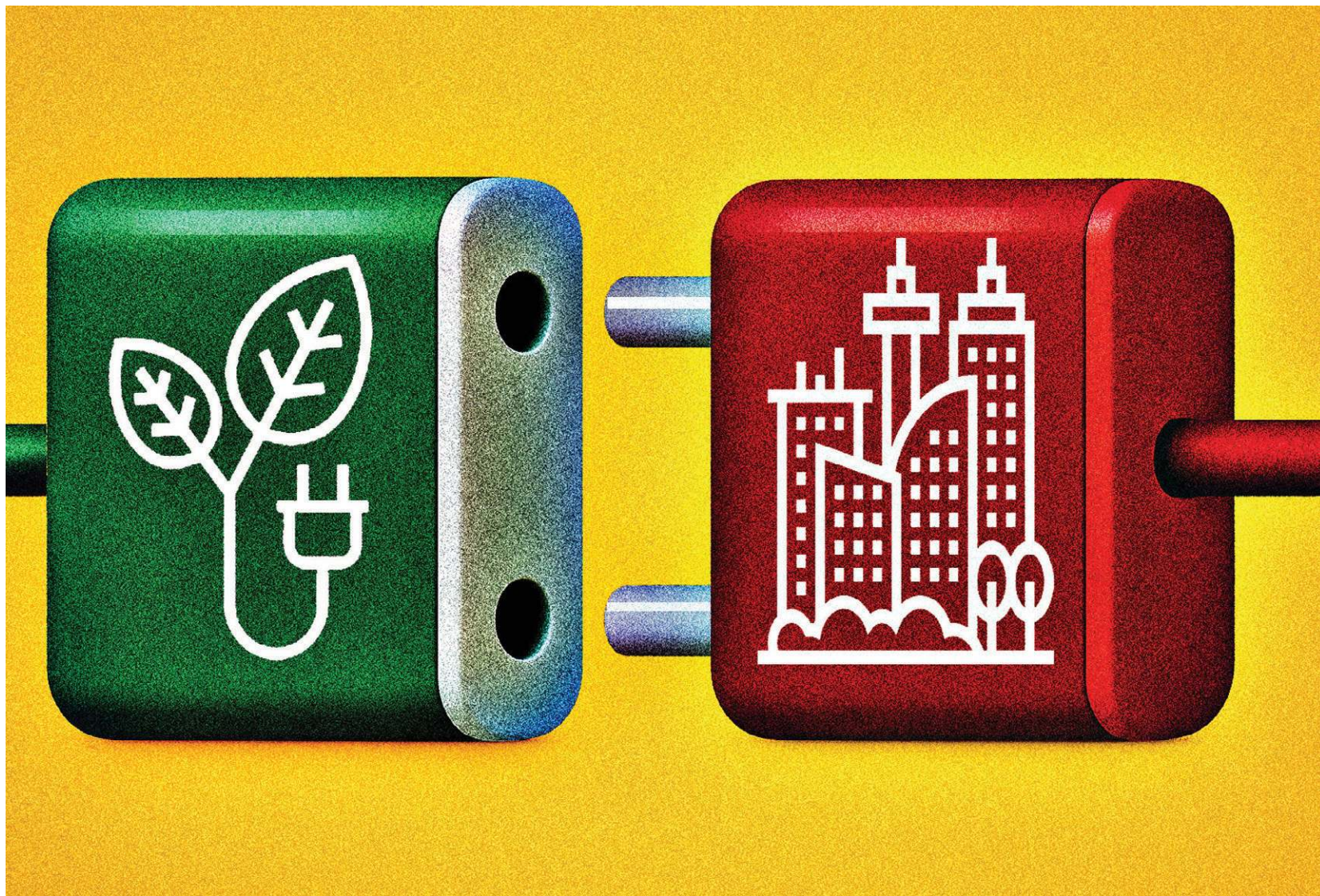
Há uma excessiva "patologização" do sofrimento psíquico e dos conflitos sociais. Nesse contexto, cresce a busca por respostas biomédicas e clínicas para lidar com sintomas gerados pela degradação do tecido social, e a indústria farmacêutica possui forte incidência nesse processo. As "pílulas" passam a operar como solução rápida para toda forma de mal-estar, ocupando o lugar da produção de sentidos e significados. Não importa se o que dói é o corpo, a alma ou a realidade.

Na contramão desse processo, têm surgido, em diferentes territórios, coletivos de trabalhadores e ativistas da saúde mental comprometidos ética, clínica e socialmente com os corpos negros, indígenas e periféricos. Também em oposição à fetichização e à mercantilização do sofrimento, na esteira da luta antimanicomial em articulação com a luta antirracista, identificada, por exemplo, nos coletivos apoiados financeiramente pelo projeto Territórios Clínicos, da Fundação Tide Setubal, vem produzindo um importante trabalho de escuta, atendimento, pesquisa e produção de conhecimento sobre o tema. Neste mês, por meio do Projeto Territórios Clínicos, uma campanha de matchfunding arrecadou quase R\$ 600 mil, valor que contribuirá para a sustentabilidade e continuidade de projetos de saúde mental nos territórios periféricos.

Em 6 de abril deste ano, a Lei 10.216/01 completou 25 anos, consolidando a Reforma Psiquiátrica brasileira e a luta antimanicomial. Hoje, a explosão de casos relacionados à saúde mental, o aumento dos diagnósticos e a sobrecarga da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) evidenciam a complexidade do cuidado e os limites da rede pública. Embora Caps e unidades básicas de saúde tenham papel fundamental, o SUS ainda se mostra insuficiente diante da dimensão da crise.

Neste 18 de maio, dia em que se comemora a luta antimanicomial, parece urgente resgatar os princípios que fundaram a Reforma Psiquiátrica e, ao mesmo tempo, mobilizar nacionalmente a construção de uma agenda que garanta a ampliação do financiamento, do acolhimento, da escuta e do cuidado às pessoas. Reafirmar a defesa do cuidado em liberdade e da democracia como fundamentos éticos e políticos das práticas em saúde mental talvez seja, hoje, uma das tarefas mais urgentes do nosso tempo.

maurenilson



A Itália na crise de Ormuz: diplomacia, missões navais e segurança alimentar



» ANTONIO TAJANI
Vice-primeiro-ministro da Itália

Desde o início da guerra entre o Irã e os Estados Unidos, a Itália atuou em conjunto com os parceiros europeus, o G7 e os organismos multilaterais para incentivar a cessação das hostilidades e assegurar a reabertura do Estreito de Hormuz. O bloqueio de Ormuz é um choque global destinado a afetar a segurança energética e a competitividade industrial, um risco relevante para um país exportador como a Itália.

A insegurança das rotas comerciais e a alta do custo da energia já começaram a produzir efeitos sobre as famílias e empresas, e são também alarmantes as consequências para os países mais frágeis, pois pelo Estreito de Ormuz passam cerca de 30% das exportações mundiais de fertilizantes, fundamentais para a segurança alimentar de muitas economias.

Por esse motivo, no início de maio convocamos uma reunião junto com o meu homólogo croata — presidente do EUMEDGroup — convidando 30 países, além da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), para lançar a Coalizão de Roma para a Segurança Alimentar e o Acesso aos Fertilizantes.

A crise de Ormuz é o reflexo de um conflito mais amplo, enraizado em décadas de tensões entre Estados Unidos, Israel e Irã. Nesse cenário, continuamos

a sustentar que a via diplomática permanece a única possível, e reiteramos que Teerã não pode dotar-se de armas nucleares nem sistemas de mísseis capazes de desestabilizar ainda mais a região.

Não podemos apagar a memória da repressão dos protestos juvenis no Irã e dos ataques que Teerã lançou, que condenamos com firmeza, expressando solidariedade aos Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, Omã e Arábia Saudita.

Na esfera diplomática mantive contato constante com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que encontrei em Roma nos últimos dias. Concordamos sobre a necessidade de preservar o vínculo transatlântico e de trabalhar conjuntamente pela paz e estabilidade internacional, confirmando o apoio às negociações em curso no Paquistão, fundamentais para manter aberta uma perspectiva diplomática.

Dialoguei também com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, enfatizando a necessidade de que Teerã negocie "em boa-fé" e retome a colaboração com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), reconstruindo relações positivas com os países do Golfo.

Nas últimas semanas, viajei à China, onde solicitei ao ministro Wang Yi um papel mais ativo de Pequim na mediação com Teerã. Roma mantém também um canal direto com os parceiros regionais do Golfo, considerados interlocutores indispensáveis para qualquer solução diplomática duradoura e para a liberdade de navegação no Estreito.

No plano operacional, a Itália está pronta para disponibilizar a experiência adquirida nas missões navais europeias no Mar Vermelho, no Oceano Índico e no Mediterrâneo e consideramos necessário reforçar a missão europeia Aspides. Na

missão multilateral que será lançada no Estreito de Ormuz, a Itália poderá contribuir para operações de desminagem e para a segurança da navegação comercial.

Consideramos, no entanto, que uma paz duradoura no Oriente Médio não pode prescindir da estabilidade do Líbano. O governo italiano apoia o diálogo entre Israel e Beirute mediado pelos Estados Unidos e ofereceu disponibilidade para sediar tratativas diretas entre as partes. Durante a missão ao Líbano, no último mês de abril, reafirmei ao presidente Joseph Aoun o apoio italiano a um caminho que transforme a atual trégua em um verdadeiro processo de paz.

Washington e Bruxelas enxergam Roma como um ator cada vez mais central para reforçar a capacidade estatal de Beirute. Mantemos também elevada atenção à segurança dos nossos militares envolvidos na missão Unifil e na missão bilateral Mibil e não deixaremos de pedir proteção para as comunidades cristãs no país, após as violências de colonos extremistas israelenses contra vilarejos do sul do Líbano, inclusive aqueles de maioria cristã.

O tema das violências dos colonos extremistas israelenses foi tratado em Bruxelas, onde foram recentemente aprovadas novas e severas sanções contra eles. Na mesma sessão, aprovamos sanções adicionais contra os terroristas do Hamas, cujo desarmamento continua sendo prioridade absoluta. A Itália segue monitorando atentamente a situação em Gaza e nos territórios palestinos e, nessa perspectiva, cabe destacar a chegada à Itália, nestes dias, de 72 estudantes palestinos beneficiários de bolsas de estudo em universidades italianas: um investimento pela formação da futura classe dirigente palestina.